

# Como ler resultados eleitorais II

Márcio Nuno Rabat<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo analisa como a sucessão de disputas eleitorais vem conformando o quadro partidário no Brasil. Recorre, para tanto, a critérios de interpretação que buscam detectar tendências nas votações sucessivamente obtidas pelos partidos e relacioná-las com processos sociais mais abrangentes.

## Palavras-chave

Partidos; resultados eleitorais; frações de classe.

## Abstract

*The purpose of this article is to evaluate how successive electoral disputes have drawn up party shares in Brazil. For that, voting trends in successive elections are identified and correlated to broader and wider social processes.*

## Keywords

*Parties; electoral results; class fractions.*

---

<sup>1</sup> Consultor legislativo da Câmara dos Deputados, na área XIX (ciência política).

## 1. Introdução

Este artigo dá continuidade àquele – publicado, com o mesmo título, em 2007, no número 30 dos *Cadernos Aslegis*<sup>2</sup> – em que foram propostos quatro critérios ou cuidados a serem respeitados para se dotar de maior consistência as interpretações de resultados eleitorais. Em alguma medida, os quatro critérios expressavam a convicção de que cada pleito é um flagrante – privilegiado, é certo – em meio a processos sociais e políticos de duração razoavelmente longa e, por isso mesmo, deve ser compreendido dentro das continuidades e descontinuidades históricas de que faz parte.

Os três primeiros cuidados propostos para a interpretação dos resultados eleitorais (identificar tendências; interpretar os fatos, em lugar de “lastimá-los”; dispensar particular atenção a mudanças de tendência) foram ilustrados com situações concretas retiradas do processo, em curso desde o início da década de 1980, de formação de novo quadro partidário no Brasil. Até certo ponto, esses três critérios, em especial o primeiro e o terceiro, podem ser usados em análises que se restrinjam à manipulação de dados eleitorais objetivos, dados sobre os quais, havendo acordo sobre a fidedignidade da fonte, dificilmente haverá discordância sobre o que dizem. É dado objetivo, nesse sentido, o fato de estar crescendo, diminuindo ou oscilando o percentual de votos obtido por um determinado partido ao longo de várias eleições, ou o de se repetirem as coligações feitas por esse partido de eleição para eleição.

Ainda assim, como o próprio artigo mostrou, qualquer aprofundamento da análise, mesmo de dados desse tipo, exige algum enquadramento histórico e teórico para que eles adquiram um mínimo de poder explicativo e preditivo. Já não haveria respostas objetivas (no sentido de sujeitas a poucas divergências), caso se indagasse, por exemplo, se um partido crescera alterando ou sem alterar significativamente sua posição ideológica e programática; ou se as coligações eleitorais vinham indicando a existência ou não de afinidades estruturais entre os partidos frequentemente coligados.

O quarto cuidado interpretativo proposto (a noção de que o sistema partidário não se explica por si próprio) não chegou a ser ilustrado com nenhuma situação concreta. No entanto, supunha-se que ele tinha obtido algum suporte, no artigo de 2007, pelo simples fato de se ter chamado a atenção para a persistência de clivagens e tendências preexistentes ao sistema partidário em formação desde 1980. Se a mudança do quadro partidário não eliminara essas clivagens e

2 Disponível em: <[www.aslegis.org.br/images/stories/cadernos/2007/Caderno30/C\\_30\\_4.pdf](http://www.aslegis.org.br/images/stories/cadernos/2007/Caderno30/C_30_4.pdf)>.

tendências, se elas podiam ser usadas para compreender o sistema partidário em vigor, é porque elas permaneciam incrustadas em outras instâncias sociais, voltando a manifestar-se eleitoral e partidariamente em contextos sucessivos. Ou seja, parte da interpretação de um sistema partidário e de sua dinâmica, talvez a parte fundamental, não se pode bastar com a análise de dados eleitorais ou partidários, mas exige “o diálogo com fenômenos que ocorrem em outros níveis”.

Obviamente, as interpretações de resultados eleitorais atentas ao quarto cuidado proposto tendem a apresentar ainda maiores divergências de conteúdo que as baseadas apenas nos três primeiros. Como o último critério articula intensamente os processos eleitorais e partidários com tendências e contradições sociais mais abrangentes, ele traz, para a análise de eleições e partidos, as divergências de interpretação sobre a sociedade como um todo. Desse ponto de vista restrito, ele apela para dados menos “objetivos”, menos aptos a produzir concordância automática. No entanto, em outro sentido, mais profundo, o uso do quarto critério é condição de objetividade. Afinal, se realmente os processos eleitorais só se explicam em articulação com outros processos sociais, eventualmente estruturantes do quadro partidário, deixar de fazer a ligação entre eles significa, pura e simplesmente, abrir mão de realmente compreendê-los. Ou, pior, implica em obscurecer propositadamente os pressupostos da interpretação que se deseja preponderante.

A retomada, agora, da mesma linha de reflexão desenvolvida no artigo de 2007 reparte-se em duas direções. Em primeiro lugar, trata-se de avaliar o que as eleições de 2010, em particular as eleições de deputados federais, nos dizem a respeito das tendências e contratendências já identificadas na evolução do sistema partidário brasileiro, até as eleições de 2006, com a aplicação dos três primeiros critérios de interpretação propostos. Em segundo lugar, trata-se de avançar no recurso ao quarto critério de interpretação, buscando trazer à luz eventuais relações entre o nível eleitoral e partidário e outros níveis de funcionamento da sociedade brasileira.

Essa linha de reflexão não é irrelevante para a previsão de possíveis iniciativas da Câmara dos Deputados na legislatura que se inicia em 2011. Afinal, as decisões a serem tomadas não decorrerão apenas de avaliações técnicas sobre as proposições apresentadas à Casa, mas também da correlação de forças nela presente. Aliás, a própria definição do que sejam avaliações técnicas depende, em boa medida, dessa correlação.

## 2. As eleições de 2010 e as tendências e contratendências identificadas na evolução do quadro partidário brasileiro até as eleições de 2006.

O artigo de 2007 buscou identificar tendências presentes nas sete eleições consecutivamente realizadas para a Câmara dos Deputados desde 1982, ou seja, desde que ficara para trás o bipartidarismo imposto em 1965 (Arena X MDB). Observou-se que o sistema partidário se vinha formando ao redor de duas tendências. De um lado, as forças sociais antes espremidas nos dois partidos de atuação consentida pelo regime de 1964 entraram em uma trajetória de fragmentação progressiva, “que dividiu a Arena em PDS e PFL e o MDB em PMDB e PSDB, gerando, ainda, várias outras legendas”. De outro lado, as forças sociais excluídas do bipartidarismo existente até 1980 – seja por terem sido expulsas das posições que ocupavam antes de 1964, seja porque, tendo surgido desde então, não encontravam entrada em uma arena política muito fechada à participação das camadas populares – vinham reocupando a parcela que lhes cabia no tabuleiro partidário. Em 1982, o PT e o PDT representaram eleitoralmente esse lado do espectro partidário, que posteriormente também se diversificou.

De certa maneira, os primeiros anos do novo sistema partidário em formação foram eleitoralmente marcados pelas disputas entre os herdeiros da Arena e do MDB pela primazia na condução do processo de abertura do regime autoritário. O resultado dessas disputas só se definiria claramente em 1994, quando a aliança entre um partido herdeiro da Arena (o PFL) e um partido herdeiro do MDB (o PSDB) efetivamente tomou o poder e conseguiu implantar seu programa. Nesse meio tempo, não deixaram de crescer os partidos que buscavam ocupar o espaço deixado vago, desde 1964, pela exclusão dos trabalhadores da esfera política. Em 2002, uma série de circunstâncias permitiu que um desses partidos, o PT, se tornasse o maior do país, elegendo, inclusive, o presidente da república.

O artigo de 2007 levantou, ainda, a possibilidade de que a divisão de campos no sistema partidário em formação guardasse alguma relação com o que acontecera em experiências partidárias anteriores. A hipótese com que se trabalhou foi, em resumo, a de que os três partidos (PSD, UDN e PTB) ao redor dos quais girava o sistema partidário em funcionamento de 1945 a 1965<sup>3</sup> pudessem ser tidos como antepassados de alguns dos agrupamentos de interesses que se vinham manifestando no quadro partidário atual. Assim, partidos como o PSDB e o PFL seriam herdeiros distantes da UDN, o PMDB

<sup>3</sup> Dada a cassação, em 1947, do registro do Partido Comunista, que se mostrara, em 1945, um partido em condições de disputar eleitoralmente uma vaga entre os maiores do país.

e o PP o seriam do PSD e o PT, o PC do B, o PDT e o PSB o seriam do PTB (e/ou do clandestino Partido Comunista).

Na avaliação de partidos específicos, o artigo de 2007 se debruçou principalmente sobre as tendências detectadas na evolução do PMDB e do PT. O destaque se justificava na medida em que a análise da evolução desses dois partidos permitiria ilustrar o recurso ao terceiro cuidado de interpretação então sugerido (“dispensar particular atenção a mudanças de tendência”). É que eles obtiveram, nas eleições de 2006 para a Câmara dos Deputados, “resultados que representaram rupturas de alguma monta em tendências históricas bem estabelecidas: o PT, pela primeira vez desde que começou a se conformar o atual quadro partidário, elegeu menos deputados federais que nas eleições anteriores; já o PMDB, pela primeira vez desde o pleito de 1986, elegeu mais deputados que nas eleições anteriores”.

O decréscimo do PMDB, legislatura após legislatura, de 1986 a 2002, pareceu parcialmente explicável pelo agigantamento do partido em 1986, quando sob sua legenda se abrigaram candidatos oriundos dos setores mais díspares da política brasileira. Assim, se a desagregação progressiva das duas agremiações que haviam composto o bipartidarismo forçado se revelara, nas décadas de 1980 e 1990, uma das tendências mais profundas do sistema partidário, a partir de 1986, isso significou, principalmente, a desagregação do PMDB. Inversamente, o crescimento de 2006 levantava a suspeita de que o processo desagregador chegara ao fim e de que os grupos que permaneceram no PMDB passaram a constituir um núcleo político e social relativamente homogêneo. O partido encontrou, ademais, na aliança com o PT e com o governo, um ponto de apoio para recuperar o espaço que lhe vinha sendo tomado, entre os partidos resultantes da fragmentação do bipartidarismo, pela aliança PSDB-PFL.

A interrupção da trajetória de crescimento linear do PT foi explicada com maior facilidade. Seu crescimento contínuo, até 2002, se devera, em boa medida, à própria existência de um “espaço vazio na esfera política, criado pela exclusão forçada, desde 1964, de amplos setores sociais”, espaço que o partido pudera e soubera aproveitar. O crescimento, no entanto, embora constante, não e dera sempre no mesmo ritmo. Ele fora comparativamente pequeno em 1998, quando a coligação PSDB-PFL, no auge de seu poder, obteve uma vitória eleitoral muito significativa, mas fora muito pronunciado em 2002, quando o PT se beneficiou da profunda alteração social e política ocorrida, de 1998 a 2002, em seu favor. Supunha-se, por isso, que “o resultado petista nas eleições de 2002, por extraordinariamente favorável, tenha sido o verdadeiro ponto fora da linha evolutiva do partido, fazendo das eleições de 2006, ao contrário, um retorno ao ritmo de crescimento normal da agremiação”.

Retomando a analogia com o sistema partidário de 1945, se concluía que a área ocupada pelo PTB ainda tinha espaço a ser preenchido por seus “herdeiros” e que a área ocupada pelo PSD se vinha rearticulando ao redor de um PMDB mais coeso, capaz de contrapor-se aos herdeiros da UDN, em declínio durante o governo petista. Resta indagar como as eleições de 2010 se integram nessas avaliações.<sup>4</sup>

Pois bem, os resultados eleitorais de 2010 reforçam tanto a percepção de que o espaço para o crescimento eleitoral do PT ainda não se esgotou como a de que o salto de 2002 foi realmente um ponto fora da curva, parcialmente explicado por circunstâncias específicas daquele pleito. Assim, se excluído o resultado de 2002, percebemos que as eleições de 2006 e 2010 deram continuidade ao processo de crescimento do número de deputados federais petistas, tal como ele se vinha desenvolvendo de 1982 a 1998. No entanto, o resultado especialmente favorável de 2002 não voltou a ser atingido em nenhum dos dois pleitos posteriores.

É de se supor que o não esgotamento do potencial de crescimento do PT se estende a outros partidos no mesmo campo, que também têm razões para otimismo quanto a seu futuro. Registre-se, aliás, que partidos como o PSB, o PC do B e o PDT viram crescer, em 2010, suas bancadas na Câmara dos Deputados. No caso do PSB, a tendência crescente não sofreu nenhuma interrupção desde a primeira vez, após a superação do bipartidarismo, em que o partido disputou eleições para a Câmara.

Por outro lado, quanto maior for o crescimento desses partidos, mais difícil lhes será continuar a crescer com base na recuperação do terreno que as forças sociais que eles representam perderam sob o regime de 1964. É preciso, portanto, atentar para o momento em que, para continuar crescendo, eles precisarão de outro tipo de suporte, mais assentado nas condições atuais da disputa política. Pode esgotar-se, inclusive, o espaço para que os vários partidos que ocupam esse campo permaneçam em crescimento simultâneo antes de esgotar-se o espaço para o crescimento do campo como um todo. Ou seja, pode surgir uma situação em que o aumento das bancadas de alguns deles mais do que compensaria a di-

---

4 Infelizmente, as considerações feitas a seguir terão por referência apenas aproximações aos resultados das eleições de 2010. A Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa), criou uma série de dúvidas sobre o aproveitamento dos votos obtidos por várias das candidaturas que constavam das urnas. Não se tem, por isso, uma noção precisa de quais serão os resultados oficiais das eleições de deputados federais. Ademais, dada a eventual impugnação de muitos mandatos, os próprios resultados eleitorais oficiais poderão não refletir adequadamente as decisões tomadas pelos eleitores. Trata-se, enfim, de uma situação que, se devidamente avaliada, reforçará a necessidade de respeito à norma constitucional que impede (ou deveria impedir) a aplicação de normas eleitorais a eleições realizadas menos de um ano depois de sua promulgação, pois o risco de criar indefinições do tipo que hoje enfrentamos é grande.

minuição de outras, fazendo com que, no conjunto, haja crescimento do espaço que eles ocupam, mas não de todos eles ao mesmo tempo.

No outro polo do espectro partidário, os partidos que hoje se situam em nítida oposição ao governo federal confirmaram, em 2010, a recente tendência para a perda do espaço que vinte anos de ditadura garantiram às forças sociais que, antes de 1964, tinham a UDN como principal referência partidária. O PSDB e o DEM/PFL viram reduzir-se ainda mais seu quinhão na Câmara dos Deputados, dando continuidade a um processo que ocorre desde 2002. Não é de se supor, contudo, que tal tendência se desenvolverá até o desaparecimento das duas agremiações, ou que elas permanecerão, daqui para sempre, em uma posição marcadamente secundária no quadro partidário. Os setores que esses partidos representam são estruturalmente fortes no Brasil, tanto que, em um contexto extremamente desfavorável, de disputa com um governo com amplo apoio popular, os dois partidos, em especial o PSDB, alcançaram resultados eleitorais que não são de desprezar, principalmente no que toca às eleições de governadores.<sup>5</sup>

Resta interpretar os últimos resultados eleitorais do PMDB (ou, de uma perspectiva mais ampla, dos partidos que, em nosso esquema, ocupam o espaço simbolizado pelo antigo PSD). Esse espaço do espectro partidário parecia destinado a crescer, dada sua importância na coalizão de governo e dada a redução (eventualmente momentânea, mas redução inequívoca) da força eleitoral dos partidos claramente de oposição. E efetivamente cresceu. A verdade, no entanto, é que o PMDB – embora tenha mantido e até reforçado sua posição como um dos dois maiores partidos do país<sup>6</sup> e sua importância para a sustentação do governo PT-PMDB, retomando a tradição da aliança PSD-PTB – viu reduzir-se sua bancada na Câmara dos Deputados em proporção não totalmente insignificante.

Uma parte da dificuldade do PMDB para aumentar sua bancada, mesmo com o decréscimo do PSDB e do DEM, pode ser explicada pela ampliação do espaço dos partidos que temos chamado de herdeiros do PTB. No entanto, tal explicação é insuficiente. Outro fator relevante (provavelmente mais relevante) reside na fragmentação do próprio campo dos partidos que temos chamado de herdeiros do PSD. Assim, o PP se manteve como um partido de dimensão

5 Registre-se apenas que a influência dos setores sociais ultimamente representados pelo PSDB e pelo PFL/DEM, como, aliás, a de qualquer outro setor, não se expressará sempre, necessariamente, pelos mesmos canais partidários. Assim, se aquela influência dificilmente deixará de ser grande no futuro próximo, ela poderá eventualmente expressar-se por outras agremiações, a serem formadas ou já existentes.

6 O resultado eleitoral do PMDB foi particularmente positivo nas eleições para o Senado Federal. Afinal, com a maior bancada, era o partido a enfrentar maiores riscos, pois muitos dos senadores a ele filiados se encontravam em final de mandato. Ainda assim, manteve folgada liderança na Casa.

importante e o PR, junto com agremiações menores, como o PSC e o PRB, aumentou significativamente de tamanho. Com isso, o PMDB não pode apresentar-se como “o” partido que ocupa o espaço do antigo PSD, mas, em situação algo análoga com a do PT no espaço do antigo PTB, apenas como o partido mais significativo desse campo.

Trata-se de uma constatação extremamente relevante. O que se vislumbra para a legislatura a iniciar-se em 2011 é um quadro bastante fragmentado no plano propriamente partidário, mesmo que os campos em que se aglutinam os partidos estejam, eventualmente, se tornando mais claros. Ao contrário do que se previra no artigo de 2007, o processo de desagregação dos partidos herdeiros do bipartidarismo forçado não dá sinais de esgotar-se. Sendo assim, o mais provável é que o elemento decisivo para a definição do que acontecerá no futuro próximo continue sendo o desempenho do PT. Se o partido persistir em sua trajetória de crescimento, é possível que ela pressione as demais forças a se agruparem em menos e maiores partidos. Sob a pena de se apresentarem em situação de inferioridade frente a uma agremiação que rumo para ocupar, digamos, um quarto das cadeiras da Câmara dos Deputados. Contudo, se o crescimento do PT estancar, a pressão será muito menor.

### **3. O sistema partidário não se explica por si mesmo.**

Quando as tendências e contratendências identificadas no plano eleitoral e partidário são articuladas com processos que ocorrem em outras esferas da sociedade, o analista passa a trabalhar em um patamar mais profundo e complexo de explicação dos fenômenos eleitorais e partidários. Concomitantemente, as possibilidades de erro e de surgimento de divergências de interpretação se ampliam, até por força da defasagem, que sempre existe, entre a dinâmica da esfera de representação política (relativamente autônoma, para usar uma fórmula clássica) e a dinâmica das forças sociais subjacentes. Não por isso se pode abrir mão de avançar nesse terreno. Afinal, tampouco parece plausível a noção de que os partidos não representem “nada” além de si mesmos.

Duas hipóteses de fundo percorrem e sustentam as reflexões desenvolvidas no que resta deste artigo. Primeira hipótese: os sucessivos sistemas partidários têm expressado, no Brasil, desde 1945, de um lado, disputas (e acordos) estruturais entre os interesses, valores e projetos de duas frações das classes proprietárias (sinteticamente chamadas aqui de fração PSD ou pessedista e de fração UDN ou udenista) e, de outro lado, o posicionamento das classes não proprietárias (ou trabalhadoras) frente a essas disputas e acordos. Segunda: cada uma das frações das classes pro-

prietárias se tornou preponderante no interior do Estado brasileiro (e do sistema partidário), a partir de golpes de força, em dois momentos distintos do século XX (1930, para a fração pessedista, e 1964, para a fração udenista).

O fato de que cada fração da classe proprietária tenha predominado no interior do Estado em distintos períodos facilita que sejam identificados seus interesses, valores e projetos. É que um forte indício do que eles sejam pode ser encontrado nas políticas que a fração implementa quando governa. Décio Saes, em um texto do final da década de 1980,<sup>7</sup> procurou justamente caracterizar, em função das políticas estatais adotadas, o setor da classe dominante que tomou o poder em 1964 e o exerceu nos quinze anos seguintes. Afortunadamente, já se dispunha, quando o texto foi escrito, de uma visão de conjunto sobre o regime de 1964, mas ainda não se estava contaminado pela influência do que viria a acontecer depois. Como se sabe, a posterior hegemonia aberta do neoliberalismo fez com que os governos militares viessem a ser, por contraposição, frequentemente percebidos como uma continuidade da chamada era Vargas.

Décio Saes, ao contrário, percebeu uma forte distinção entre a política econômica anterior e a posterior a 1964. Por conta disso, ele produziu, no texto citado, uma periodização muito nítida da história política do país até o fim da década de 1980. De 1930 a 1964, uma fração das classes proprietárias teria estado no controle do poder estatal no Brasil; a partir de 1964, essa fração teria sido deslocada e substituída por outra.<sup>8</sup> Consequentemente, as políticas do Estado brasileiro no pós-64 se distinguiriam em alguns pontos fundamentais das políticas que vinham sendo levadas a cabo desde 1930. Esses pontos seriam os seguintes: medidas destinadas a elevar a taxa de juros; estímulo ao endividamento externo; orientação persistentemente monetarista e anti-inflacionária. Em contraposição, a política dominante no período imediatamente anterior (ou seja, desde 1930 até 1964) se caracterizaria por prolongada “limitação legal dos juros e ausência de uma política anti-inflacionária”.

A convicção de que essas distintas linhas políticas podem ser vinculadas ao PSD e à UDN encontra algum apoio no esforço de Sergio Micelli para apro-

7 SAES, Décio. O Estado Brasileiro Pós-64 e a Organização da Hegemonia no Seio do Bloco no Poder. In: Larangeiro, Sônia (org). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

8 Para Décio Saes, a fração que toma o poder em 1964 é, em grande medida, herdeira dos setores que dominavam o estado até 1930. Ambos os períodos, ou seja, antes de 1930 e depois de 1964, teriam sido de dominação do capital bancário. Embora esse tipo de caracterização das frações de classe (no exemplo, capital bancário frente a outras frações) seja de extrema relevância, ele não será buscado neste artigo. Aqui, trata-se apenas de trazer elementos que tornem verossímil a centralidade de duas frações das classes proprietárias nas disputas políticas brasileiras e a razoabilidade de denominá-las, a partir do nível partidário, de fração udenista e fração pessedista.

fundar o conhecimento das bases sociais do udenismo e do pessedismo. Em trabalho publicado no início da década de 1980<sup>9</sup>, ele buscou superar avaliações anteriores, que, na opinião do autor, não fizeram muita coisa

com vistas a esclarecer as relações entre interesses econômicos, redes de sociabilidade e organizações partidárias que, em parte por compromissos com setores distintos de elite, adotaram estratégias alternativas no tocante às alianças de classe necessárias à consolidação de suas posições de mando e, em especial, no que diz respeito às pautas de representação política dos grupos sociais subalternos.<sup>10</sup>

Alguns dos dados recolhidos e organizados por Sergio Miceli reforçam a percepção de Décio Saes de que o regime de 1964 apresentava elementos de continuidade com o regime anterior a 1930 (via UDN, digo eu). É assim que, diz ele,

o contraste entre os porcentuais de udenistas e pessedistas que haviam exercido mandatos de representação parlamentar antes de 1945 (alguns até mesmo antes de 1930) indica uma proximidade maior dos primeiros em relação aos círculos oligárquicos que detinham o controle da situação estadual na República Velha (p. 564).<sup>11</sup>

Apoio ainda mais relevante para as teses de Décio Saes se encontra em outro trecho do trabalho de Sergio Miceli.

9 MICELI, Sergio. “Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930”. In: Fausto, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 3º. São Paulo: Difel, 1981. Para reforçar ainda mais a ideia da importância e da permanência da distinção entre a UDN e o PSD, recordem-se de dois importantes depoimentos de pessoas que conheciam o Estado brasileiro profundamente – e por dentro. O primeiro depoimento, de Juracy Magalhães, informa como lhe foi emocionalmente difícil levar adiante a extinção da UDN, seu partido, no processo de imposição do bipartidarismo, em 1965; no entanto, ele sabia que, havendo mais de dois partidos, de alguma maneira ressurgiria a “imbatível” aliança PSD-PTB, dificultando a atuação política do regime de 1964. O segundo depoimento, de Jesus Soares Pereira, caracteriza como udenistas governos anteriores e posteriores a 1964, em uma linha de raciocínio que não deixa de revelar alguma semelhança com a seguida neste artigo. Ver MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias* (depoimento a Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo Vasconcelos e Paulo César Farah). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 e PEREIRA, Jesus Soares. *O Homem e Sua Ficha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 (edição póstuma).

10 MICELI, Sergio. “Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930”. In: Fausto, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 3º. São Paulo: Difel, 1981.

11 Um comentário posterior indica com mais precisão o que se passou de 1930 a 1945. “A bancada udenista em 1946 consistiu, em certa medida, uma espécie de reaglutinação dos grupos estaduais que levaram a melhor nas eleições dos anos 1930 e que se viram obrigados a abrir mão do espaço conquistado com a instauração do Estado Novo” (p. 565).

Embora ambos os partidos contassem com figuras de relevo das lideranças agrárias em diversos Estados, o mesmo não ocorreu em relação aos demais setores da elite econômica. O PSD logrou a colaboração quase integral da liderança industrial emergente ao passo que a UDN contou sobretudo com o respaldo de importantes grupos financeiros sediados no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e na Bahia (p. 562).

De qualquer maneira, o que nos importa destacar é que as características “bancárias” há mais de vinte anos imputadas por Décio Saes ao regime de 1964 são exatamente algumas das mais estridentemente atribuídas ao que veio a ser chamado mais tarde de neoliberalismo. Parece, portanto, e é isso que defendo, que o golpe de 1964 foi a inflexão decisiva rumo à hegemonia neoliberal. Embora, naquele momento, não houvesse força suficiente, no Brasil (e, talvez, na economia mundial), para que o projeto fosse implantado na integralidade,<sup>12</sup> ele estava, em linhas gerais, presente nos planos do governo Castelo Branco, cujo nome mais visível na economia era, não por acaso, o de Roberto Campos.

Nesse sentido, o regime de 1964 continha uma ambiguidade latente. Embora o avanço do udenismo e o expurgo das forças trabalhistas tenham contribuído, até no plano mundial, para a vitória do neoliberalismo, de imediato, por uma série de razões, sua implantação não pôde ser levada plenamente a cabo no Brasil. Políticas ligadas ao desenvolvimentismo anterior (mas não tanto ao populismo) puderam ser continuadas sobre novas bases. Porém, os fundamentos da nova hegemonia foram firmemente implantados no governo Castelo Branco. Desde então, com altos e baixos, essa nova hegemonia se reforçou, alcançando o auge no governo Fernando Henrique, depois de finalmente derrotada quase toda a oposição relevante a ela.<sup>13</sup>

Temos, portanto, uma periodização da história do Brasil que data em 1930 e em 1964 os momentos decisivos das mudanças de hegemonia no século XX.

12 Entre outros obstáculos à implantação imediata do projeto neoliberal (que já se mostraram bem menos importantes quando dos golpes de estado, da década seguinte, no Chile e na Argentina), merecem destaque: a inexistência de uma alternativa ao keynesianismo plenamente articulada no planeta, o que fazia da alternativa neoliberal, na década de 1960, apenas uma possibilidade para o futuro; e a necessidade de se manter a adesão da direita desenvolvimentista das Forças Armadas ao novo regime, em função da disputa interna e externa contra o “comunismo”. A corrente desenvolvimentista, aliás, voltou a mostrar força com o governo Costa e Silva, o segundo após o golpe, ficando ligada, não por acaso, ao nome de Delfim Netto na condução da economia.

13 Talvez não seja irrelevante lembrar que algo semelhante ocorreu com o programa dos setores vitoriosos em 1930. Só lentamente o programa se tornou claro, talvez até para seus defensores, e obteve força suficiente para ser imposto aos demais setores.

Recapitulemos com um pouco mais de detalhe essa história para podermos localizar melhor os fenômenos partidários em seu interior.

Parece inegável que a vitória, em 1930, do que veio a ser o varguismo esteve fortemente vinculada a fatores internacionais, particularmente: *i*) à grande crise mundial de 1929, que enfraqueceu os setores da classe dominante brasileira mais diretamente ligados à produção para o mercado externo (e, portanto, à intermediação comercial entre o Brasil e o resto do mundo); *ii*) à mudança do centro do imperialismo da Inglaterra para os Estados Unidos, pois o predomínio desse último país, representando uma fase superior do capital financeiro – ou, até, o próprio imperialismo “verdadeiro” –, era muito menos antagônico com a industrialização de sua periferia.<sup>14</sup>

Seja como for, a situação da década de 1930 permitiu a articulação entre setores das classes dominantes brasileiras mais ligadas à produção para o mercado interno em uma coalizão desenvolvimentista e industrializante que se consolidou no poder com a ditadura do Estado Novo, em 1937. Os elementos mais argutos dessa coalizão, com Vargas à cabeça, perceberam, antes mesmo de superado o Estado Novo, que seu projeto político se fortaleceria, frente à fração deslocada em 1930, mas estruturalmente muito poderosa em uma sociedade dependente como a brasileira, na medida em que fosse capaz de atrair o apoio da classe trabalhadora urbana. Daí o grande esforço do varguismo para que a repressão ao desenvolvimento de uma política autônoma da classe trabalhadora se combinasse com a criação de mecanismos que permitissem algum grau de participação política efetiva dos trabalhadores. Esse esforço acabou por exprimir-se no sistema partidário surgido em 1945.

A disputa entre frações burguesas se expressava, nele, na competição eleitoral entre o PSD (varguista) e a UDN (antivarguista), inicialmente muito maiores que os dois partidos que se pretendiam representantes da classe trabalhadora (PTB e PCB, até que os comunistas tiveram sua participação eleitoral cassada). Já a aliança eleitoral entre o PSD e o PTB (a que mais tarde se uniu o PCB na clandestinidade) vinha consolidar, no plano partidário, o deslocamento político da fração da classe proprietária derrotada em 1930 e a atração da classe trabalhadora para o projeto desenvolvimentista e industrializante da fração vencedora. Essa aliança era mais estável quando o PSD ocupava claramente a posição de liderança; no entanto, o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil tornava o peso dos trabalhadores cada vez maior dentro da coalizão – e,

<sup>14</sup> Sobre isso, ver a extraordinária página de Ignácio Rangel sobre o surgimento do que ele chama de terceira dualidade brasileira, no artigo “A História da Dualidade Brasileira”, Revista de Economia Política, v. 1, nº 4, out.-dez., 1981.

quanto mais aumentava esse peso, mais forte se fazia o ímpeto desenvolvimentista e, principalmente, nacionalista e popular de suas bandeiras.

Com o tempo, o desenvolvimento capitalista do Brasil e a reorganização do capitalismo nos países centrais colocaram os projetos burgueses que se defrontaram em 1930 mais uma vez em situação de combate aberto.<sup>15</sup> Dessa vez, o setor deslocado em 1930 levou a melhor. Sua vitória em 1964 se expressou, no plano eleitoral e partidário, pela exclusão da parte mais aguerrida dos setores políticos representantes dos trabalhadores e pela inversão das posições entre os partidos representantes das duas frações principais das classes proprietárias: os restos da UDN passaram a ocupar as posições decisivas dentro do sistema partidário e os restos do PSD passaram a ocupar as posições secundárias. A secundarização do PSD, aliás, estava fortemente ligada à exclusão dos trabalhadores da esfera política, pois parte de sua força vinha da aliança com eles. Ou, para ser mais preciso, a fração burguesa que se via *grosso modo* representada politicamente no PSD foi alijada do centro do poder estatal em parte pela exclusão de seus aliados trabalhadores da esfera política (e sua resistência a esse alijamento deve ter sido prejudicada pelo fato de que resistir poderia significar o chamado a uma participação mais intensa da classe trabalhadora no poder).

O esquema basicamente tripartidário do regime de 1945, com o PSD como partido mais forte, em associação com o (ascendente) PTB, deixando a UDN em segundo plano, foi substituído, no fim de 1965, por um esquema bipartidário (“forçado”, pois simplesmente não era permitido o surgimento de um terceiro partido), em que, de um lado, a representação trabalhista foi significativamente expurgada da esfera política, enquanto, de outro lado, o partido mais diretamente herdeiro da UDN (ou seja, a Arena, partido de apoio aberto ao governo autoritário) se tornou o partido dominante e o partido mais diretamente

15 Contribuiu para a intensidade do confronto a chamada guerra fria entre o bloco de países capitaneados pelos EUA e o bloco capitaneado pela União Soviética. Naquele momento, toda contraposição política, no campo “ocidental”, em que a classe trabalhadora se visse profundamente envolvida, era interpretada como pondo em risco a posição dos Estados Unidos dentro do país onde o confronto ocorresse e, por decorrência, como uma fraqueza frente à União Soviética. Não se pode esquecer, no entanto, que os grandes capitais estadunidenses tinham forte interesse também na disputa entre projetos burgueses dentro do Brasil, pois do resultado dessa contraposição iria depender, em parte, a relação dos capitais brasileiros com os dos EUA. Não se pode sequer descartar a hipótese de que arbitrar a disputa entre projetos de desenvolvimento do capitalismo no Brasil fosse o interesse principal do governo dos EUA, pois nessas disputas, em vários países, se decidiam os rumos do capitalismo mundial. Essa é uma das razões por que já se disse, neste artigo, que o golpe de 1964 foi acontecimento mundialmente relevante.

herdeiro do PSD (ou seja, o MDB, partido da chamada “oposição consentida”) passou para segundo plano.<sup>16</sup>

Como já foi dito, o regime de 1964 reforçou paulatinamente a hegemonia do projeto udenista no Brasil. Nos estertores da ditadura, a fração udenista da classe dominante se tornou forte a ponto de conduzir o processo de abertura do regime, após o fim do bipartidarismo forçado, simultaneamente, contra os trabalhadores (representados politicamente, no começo da década de 1980, por partidos como o PT, os partidos comunistas e, parcialmente, pelo PDT brizolista) e contra a fração burguesa derrotada em 1964 (representada pelo MDB/PMDB e, parcialmente, pelo PDT). Apesar de todas as turbulências da década de 1980, a fração vencedora em 1964 chegou à década de 1990 com mais força do que em qualquer outro período anterior e, no bojo de uma reformulação do capitalismo mundial altamente favorável à “aristocracia financeira”, levou às últimas consequências sua hegemonia, com o neoliberalismo nu e cru.

Por tudo isso, o forte movimento popular de contestação à ditadura na década de 1980, ainda que pudesse, eventualmente, ter conduzido a uma ruptura política mais profunda, significava, mais que nada, uma retomada da posição “natural” que a classe trabalhadora estava fadada a ocupar em um país de capitalismo já razoavelmente avançado, mas de que fora alijada pelo golpe de 1964. Esse “atraso”, esse represamento de sua força, explica, em parte, a exuberância com que a classe operária irrompeu no cenário social e político no fim da década de 1970. Mas também explica sua fraqueza, sua dificuldade para ter uma presença política efetivamente disseminada no país, fraqueza que se expressava nos resultados eleitorais (com exceção das eleições presidenciais, que logo – 1989 – mostraram todo o espaço que lhe estava reservado para o futuro).

Apesar da irrupção exuberante da classe operária, não me parece descabido supor que, no período de abertura do regime ditatorial, o esforço principal da fração burguesa ganhadora em 1964 fosse o de impedir o retorno ao centro do poder da fração então derrotada. Com a anistia, em 1979, a fração udenista teve de enfrentar politicamente: *i*) os setores herdeiros do varguismo que se fortaleceram internamente com o fortalecimento do MDB na fase final da ditadura; e *ii*) os herdeiros do varguismo que retornaram do exterior. Mostrando o quanto estavam

<sup>16</sup> Para que essa esquematização da passagem do tripartidarismo para o bipartidarismo se mostrasse mais sólida, seria necessário sofisticar um pouco a análise, de maneira a dar conta, por exemplo, dos amplos setores do PSD que foram para a Arena e dos também amplos setores do PTB que sobreviveram no MDB (e, ainda, dos casos que escapam radicalmente do esquema proposto, como a passagem de petebistas para a Arena). Recorde-se, no entanto, que há um certo grau de defasagem empiricamente inultrapassável entre o campo da representação política e o dos processos sociais, impondo limites aos vínculos que podem ser estabelecidos entre os detalhes de um e do outro campo.

profundamente ligados aos interesses e valores de parte significativa da população, esses segundos setores, logo que retornaram, mostraram imensa força eleitoral (Leonel Brizola, Miguel Arraes, Waldir Pires, para citar três exemplos de políticos cassados na primeira lista de cassações após o golpe de 1964, rapidamente rearticularam apoios suficientes para se tornarem governadores de estados entre os mais populosos do país). Em alguma medida, o mais intrigante do período é a forma como o PMDB, com toda a força eleitoral que acumulara, e com a capacidade política comprovada de lideranças como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães e tantas outras, foi impedido, com relativa facilidade, de efetivamente tomar o poder.<sup>17</sup>

Dois elementos me parecem importantes para explicar por que a fração derrotada em 1964 foi mantida em segundo plano mesmo depois da abertura. Primeiro, a vitória no embate de 1964 significou que o modelo de desenvolvimento econômico imposto ditatorialmente tomou conta do país em profundidade, tornando as bases estruturais do domínio da fração ganhadora muito sólidas. Segundo, a ditadura conseguiu destruir, também em profundidade, a aliança entre a fração da classe dominante derrotada em 1964 e setores importantes (para não dizer preponderantes) da classe operária e das massas urbanas em geral (a que começavam a unir-se, já na década de 1960, amplos setores rurais).<sup>18</sup>

Controlado o ímpeto com que a classe operária (arrastando aliados) irrompeu na arena pública, e submetidas as frações da classe proprietária que poderiam pôr em causa sua política, a fração vencedora em 1964 pôde levar, ao longo da década de 1990, suas ambições às últimas consequências. A partir, principalmente, de 1994, a presidência da república não mais pareceu estar em causa; a oposição “trabalhista”, apesar de crescentemente ocupar espaços na esfera eleitoral e partidária, continuou sempre muito pequena para aparecer como um adversário de peso no conjunto dos pleitos eleitorais; e, por fim, a fração burguesa derrotada em 1964, cujo principal representante era o PMDB, foi

17 Os setores sociais que tomaram o poder em 1964 nunca chegaram a perder a predominância no aparelho estatal para os setores então derrotados, mesmo com o crescimento do MDB e do PMDB e apesar de alguns momentos em que se apresentaram incertezas quanto àquele predomínio. O governo José Sarney, curiosamente um quadro político egresso da UDN, foi o período em que a disputa entre frações proprietárias chegou mais perto de levar a uma vitória do setor derrotado em 1964. De certa maneira, o Plano Cruzado representou essa possibilidade. No entanto, olhando retrospectivamente, parece claro que a possibilidade sempre foi muito frágil.

18 A hegemonia udenista se tornou forte também dentro da classe trabalhadora. O PT e a CUT, por exemplo, se formaram, em grande parte, contra a herança varguista e com uma atitude de grande desconfiança frente à “burguesia brasileira” e ao Estado nacional. Nessa área, as concepções que informavam o PT inicial convergiam explicitamente com as formulações “clássicas” do Fernando Henrique Cardoso sociólogo. Com isso, ao longo da abertura, faltou à fração burguesa derrotada em 1964 o pé de apoio trabalhista para retomar sua antiga posição no núcleo do poder estatal.

escanteada pela coalizão “udenista” entre PSDB e PFL.<sup>19</sup> Tudo isso combinado, repita-se, com o ápice do domínio mundial da “aristocracia financeira”.

O resultado da vitória total foi a voracidade. Seus efeitos, no entanto, não se fizeram esperar. À explosão da dívida pública (que se traduziu, para a população, no naufrágio do plano real, mal iniciado o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso) se seguiu o apagão energético de 2001, fatores que conduziram o PT, em 2002, a um desempenho eleitoral que seu tamanho até 1998 certamente não justificava.<sup>20</sup> Desde então, a aliança cada vez mais consolidada do PT e de outros partidos com pretensões trabalhistas ou socialistas com os setores proprietários representados pelo PMDB e outros partidos herdeiros das frações derrotadas em 1964 parece indicar o retorno de algo semelhante à aliança entre PSD e PTB no período anterior a 1964.

Ainda que essa semelhança tenha algo de formal, acredito que estudá-la seja extraordinariamente útil para o entendimento da conjuntura política atual. Indico alguns elementos que me parecem interessantes na comparação entre os dois períodos. O primeiro é que, dessa vez, o partido formalmente mais forte na coalizão governamental (aquele que efetivamente disputa a presidência da república) é o trabalhista, enquanto, no pré-64, era o burguês. O segundo é que, agora, a coalizão se dá dentro de um contexto social, longamente estruturado desde 1964, de hegemonia udenista, à primeira vista pouco favorável a um projeto de desenvolvimento capitalista de base pessedista.<sup>21</sup>

Por fim, na medida em que se reproduzem, hoje, clivagens anteriores a 1964, é razoável supor que está em jogo uma disputa entre os projetos de distintas frações proprietárias. Se for assim, será preciso entender por que o setor trabalhista do espectro partidário resolveu tomar posição, dentro dessa disputa, a favor de

19 Mostrando, mais uma vez, a defasagem entre a esfera da representação política e a esfera das distinções de classe e de frações de classe, tudo indica que, desde a ditadura, havia um setor udenista e outro pessedista tanto no partido do governo (Arena) como no da oposição (MDB). Daí que, depois de ultrapassado o bipartidarismo, os partidos que se mostram mais diretamente herdeiros da UDN (PFL e PSDB) venham, um, do antigo governo, outro, da antiga oposição. O mesmo acontece entre os que se mostram herdeiros do PSD (PMDB e PP).

20 Como registrado no artigo de 2007, o resultado eleitoral do PT em 2002 foi avassalador. Não apenas Lula foi eleito presidente como o partido se tornou o maior nas eleições de deputados federais e estaduais/distritais. Um indício de que esse resultado se deveu mais ao repúdio ao governo Fernando Henrique que ao crescimento orgânico do PT encontra-se no fato, já apresentado, de que os resultados do partido nas eleições proporcionais de 2006 e 2010 foram inferiores aos de 2002. Também aponta no mesmo sentido a incapacidade de vencer as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 no primeiro turno, apesar das condições sociais e políticas extraordinariamente favoráveis.

21 Um tema ainda mais complexo, que não será abordado aqui, mas que tem influência decisiva nas questões que estamos tratando, é o do papel que o capital financeiro - inclusive o interno, se se consolidar - necessariamente terá em uma sociedade com o desenvolvimento capitalista alcançado no Brasil.

um dos dois projetos. E mais: por que ele teria escolhido, mais uma vez, o mesmo lado para com ele se alinhar. É preciso encontrar, para o fato, explicações convincentes no plano estrutural, ou seja, articuladas com a maneira como se insere e se expande o capitalismo no Brasil. Sequer se pode descartar a hipótese de que os elementos petebistas e pessedistas do quadro partidário atualmente vigente, por agirem (e, até certo ponto, se terem criado) sob a hegemonia udenista, simplesmente não tenham forças para com ela romper, mas sejam apenas um dos instrumentos pelos quais ela se realiza (papel, aliás, também desempenhado por alguns setores udenistas sob a hegemonia pessedista).